



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INÊS  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

## DFD - DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

### 1. ÁREA REQUISITANTE DA DEMANDA

#### Órgão

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Responsável pela demanda	Matrícula	E-mail	Telefone
Caliny Muniz de Lima Silva	847	Klymuniz@hotmail.com	(83) 98111-2881

### 2. OBJETO DA DEMANDA

Aquisição de materiais permanentes para o prédio da Prefeitura Municipal de Dona Inês-PB

### 3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente aquisição tem por finalidade promover a melhoria da infraestrutura física e operacional do prédio da Prefeitura Municipal de Dona Inês-PB, assegurando condições adequadas de trabalho aos servidores e de atendimento à população. A aquisição de novos materiais, tais como equipamentos de climatização, mobiliário e outros itens essenciais, justifica-se pela necessidade de garantir melhores condições de trabalho, conforto e segurança para servidores e usuários, bem como otimizar a execução das atividades institucionais

### 4. QUANTIDADE A SER CONTRATADA

ITEM	CATÁLOGO	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	U.M.	QUANTIADE
1	633899	Aparelho de Ar Condicionado Tipo: Split Modelo: Inverter Capacidade Refrigeração: 12.000 BTU Tensão: 220 V Características Adicionais: Com Controle Remoto	UNIDADE	2.0
2	472083	Bebedouro Água Tipo: Vertical Elétrico Características Adicionais: Com Duas Torneiras (Jato E Copo) Voltagem: 220 V Material Gabinete: Aço Inoxidável Vazão Água Gelada: 2 L/H Material Corpo: Aço Inoxidável	UNIDADE	1.0
3	354608	Mesa Plástica Formato: Quadrado Cor: Branca Comprimento: 70 CM Largura: 70 CM	UNIDADE	5.0
4	287945	Cadeira Tipo: Sem Braço Material: Plástico Cor: Branca Características Adicionais: Empilhável	UNIDADE	100.0

### 5. PREVISÃO DE DATA EM QUE DEVEM SER ENTREGUES OS BENS OU QUE OS SERVIÇOS SERÃO INICIADOS

Notas:

- 1) Deve-se levar em conta o tempo ordinariamente gasto com um processo de contratação para se ponderar quando razoavelmente se espera a entrega dos bens, precavendo-se, assim, de possível solução de continuidade ou então demora que comprometa o funcionamento do órgão e/ou da entidade;
- 2) Utilizar-se de experiências anteriores para avaliar o lapso temporal necessário para se iniciar o procedimento no âmbito da requisitante.

Previsão de entrega ou Previsão que os serviços serão iniciados:

**10 (dez) dias**

## 6. PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES - PAC

Declaramos que todos os itens indicados neste documento de formalização da demanda:

( ) Constam ( X ) Não Constam No Plano Anual de Contratações - PAC.

### 6.1 JUSTIFICATIVA

Dessa forma, a presente aquisição mostra-se necessária, oportuna e vantajosa para a Administração, configurando medida essencial para o adequado funcionamento das atividades institucionais da Prefeitura Municipal de Dona Inês-PB.

## 7. RESPONSÁVEL PELA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA:

DONA INÊS, 06 de ABRIL de 2026

**Caliny Muniz de Lima Silva**

AGENTE ADMINISTRATIVO

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

e57323e01dc38ffd09d8d88107468c9e a872c769b5c0de1b1e6ae8e19ce568a9

## 8. ANUÊNCIA DO GESTOR DA PASTA:

DONA INÊS, 07 de ABRIL de 2026

**GABRIEL VICTOR RODRIGUES DE SOUSA**

SECRETÁRIO

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

e57323e01dc38ffd09d8d88107468c9e 8c9fc788bf57d09c471fb87f504deedf



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INÊS  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

## **SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO**

***DONA INÊS, 06 de ABRIL de 2026.***

Solicitamos autorização para abertura de processo administrativo, tendo como objeto ***Aquisição de materiais permanentes para o prédio da Prefeitura Municipal de Dona Inês-PB***, conforme justificativas e especificações expressas no Projeto Básico.

Atenciosamente,

***Caliny Muniz de Lima Silva***

AGENTE ADMINISTRATIVO

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

e57323e01dc38ffd09d8d88107468c9e a872c769b5c0de1b1e6ae8e19ce568a9



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INÊS  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

## TERMO DO OBJETO

**DONA INÊS, 06 de ABRIL de 2026.**

### **OBJETO:**

Aquisição de materiais permanentes para o prédio da Prefeitura Municipal de Dona Inês-PB.

### **JUSTIFICATIVAS:**

A presente aquisição tem por finalidade promover a melhoria da infraestrutura física e operacional do prédio da Prefeitura Municipal de Dona Inês-PB, assegurando condições adequadas de trabalho aos servidores e de atendimento à população. A aquisição de novos materiais, tais como equipamentos de climatização, mobiliário e outros itens essenciais, justifica-se pela necessidade de garantir melhores condições de trabalho, conforto e segurança para servidores e usuários, bem como otimizar a execução das atividades institucionais.

### **ESPECIFICAÇÕES:**

ITEM	CATÁLOGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
001	633899	APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO: SPLIT MODELO: INVERTER CAPACIDADE REFRIGERAÇÃO: 12.000 BTU TENSÃO: 220 V CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CONTROLE REMOTO	UNIDADE	2,0
002	472083	BEBEDOURO ÁGUA TIPO: VERTICAL ELÉTRICO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM DUAS TORNEIRAS (JATO E COPO) VOLTAGEM: 220 V MATERIAL GABINETE: AÇO INOXIDÁVEL VAZÃO ÁGUA GELADA: 2 L/H MATERIAL CORPO: AÇO INOXIDÁVEL	UNIDADE	1,0
003	354608	MESA PLÁSTICA FORMATO: QUADRADO COR: BRANCA COMPRIMENTO: 70 CM LARGURA: 70 CM	UNIDADE	5,0
004	287945	CADEIRA TIPO: SEM BRAÇO MATERIAL: PLÁSTICO COR: BRANCA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EMPILHAVÉL	UNIDADE	100,0

### **O SELECIONADO:**

1. Será o de menor preço;
2. Deverá apresentar documentos de habilitação fiscal.

Atenciosamente,

**Caliny Muniz de Lima Silva**  
AGENTE ADMINISTRATIVO

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE  
e57323e01dc38ffd09d8d88107468c9e a872c769b5c0de1b1e6ae8e19ce568a9

# Relatório de pesquisa de preço

## Relatório Resumido

### Informações básicas

<b>Número da Pesquisa</b>	<b>UASG</b>	<b>Status</b>	<b>Editado por</b>
282/2026	982015	Concluída	CALINY MUNIZ DE LIMA SILVA

**Título:** Aquisição de materiais permanentes para o prédio da Prefeitura Municipal

**Observações:** A presente aquisição tem por finalidade promover a melhoria da infraestrutura física e operacional do prédio da Prefeitura Municipal de Dona Inês-PB, assegurando condições adequadas de trabalho aos servidores e de atendimento à população. A aquisição de novos materiais, tais como equipamentos de climatização, mobiliário e outros itens essenciais, justifica-se pela necessidade de garantir melhores condições de trabalho, conforto e segurança para servidores e usuários, bem como otimizar a execução

**Total de itens cotados:** 4 **Valor total da pesquisa de preços:** R\$ 12.615,8068

### Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
633899 - Aparelho Ar Condicionado Tipo: Split , Modelo: Inverter , Capacidade Refrigeração: 18.000 BTU/H, Tensão: 220 V, Freqüência: 60 HZ, Características Adicionais: Com Controle Remoto Gás Refrigerante Ecológico R41 , Garantia: 1 AN	Unidade	2

**Consolidação dos preços cotados**

<a href="#">Menor Preço</a>	<input checked="" type="radio"/> <a href="#">Média</a>	<a href="#">Mediana</a>	<a href="#">Coeficiente de Variação: 6,2629%</a>
R\$ 2.844,9900	R\$ 3.184,3791	R\$ 3.248,0000	<a href="#">Desvio Padrão: 199,4352</a>
			<a href="#">Maior Preço: R\$ 3.400,0000</a>

**Método de cálculo adotado:** Média

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 3.095,0000	01/04/2026	Sim
2		ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 3.400,0000	23/03/2026	Sim
<b>i</b> 3		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 3.298,0000	19/03/2026	Sim
4		ESTADO DO MATO GROSSO - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 3.400,0000	25/02/2026	Sim
5		ESTADO DO MATO GROSSO - Compras.gov.br	22	Unidade	R\$ 3.400,0000	25/02/2026	Sim
6		ESTADO DO MATO GROSSO - Compras.gov.br	25	Unidade	R\$ 3.350,0000	25/02/2026	Sim
7		SERVOÇO SOCIAL DO TRANSPORTE /SE - Compras.gov.br	18	Unidade	R\$ 2.883,0000	12/02/2026	Sim
8		CAMARA MUNICIPAL DE GUARATUBA - PR - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 2.844,9900	28/01/2026	Sim
		ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.					

9		gov.br	5	Unidade	R\$ 3.109,1800	06/01/2026	Sim
10		CONSELHO REG. DE ARQUITETURA E URBANISMO - PE - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 3.000,0000	08/12/2025	Sim
11		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 3.248,0000	23/11/2025	Sim

**Legenda:**

Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 2

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
472083 - Bebedouro Água Tipo: Vertical Elétrico , Características Adicionais: Com Duas Torneiras (Jato E Copo) , Voltagem: 220 V, Material Gabinete: Aço Inoxidável , Vazão Água Gelada: 2 L/H, Material Corpo: Aço Inoxidável	Unidade	1
<b>Consolidação dos preços cotados</b>		
Menor Preço	<input checked="" type="radio"/> Média	Mediana
R\$ 710,6100	R\$ 861,2791	R\$ 772,3100
Coeficiente de Variação: 21,0081% Desvio Padrão: 180,9384 Maior Preço: R\$ 1.378,0000		
Método de cálculo adotado: Média		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	42	Unidade	R\$ 1.378,0000	01/04/2026	Sim
2		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 877,7600	17/03/2026	Sim
3		CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA AL - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 837,1400	03/02/2026	Sim
4		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	13	Unidade	R\$ 772,3100	07/01/2026	Sim
5		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 758,0100	17/10/2025	Sim
6		PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS - MG - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 753,4300	15/10/2025	Sim
7		MPE-FUNDO MUNICIP. DE SAÚDE DE LAGOA DO CARRO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 731,5000	03/09/2025	Sim
8		PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ - CE - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 944,0000	09/07/2025	Sim
9		PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ - CE - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 944,0000	09/07/2025	Sim
10		ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 710,6100	24/06/2025	Sim
11		ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	34	Unidade	R\$ 767,3100	29/04/2025	Sim

**Legenda:**

Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 3

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
354608 - Mesa Plástica Material: Plástico , Formato: Quadrado , Cor: Branca , Comprimento: 70 CM, Largura: 70 CM, Altura: 72 C	Unidade	5

### Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

● Média

Mediana

Coefficiente de Variação: 17,4555%

Desvio Padrão: 19,9631

Maior Preço: R\$ 160,0000

R\$ 92,9700

R\$ 114,3659

R\$ 105,0000

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 130,0000	08/04/2026	Sim
2		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 95,9500	06/04/2026	Sim
3		ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - Compras.gov.br	115	Unidade	R\$ 105,0000	01/04/2026	Sim
4		INST.BRAS.DO MEIO AMB.E DOS REC. NAT.RENOVAV. - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 98,9900	25/03/2026	Sim
5		TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 133,0900	10/02/2026	Sim
6		ESP-CIA.DESENV.HABITAC.URB EST.S. P.-CDHU - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 160,0000	27/01/2026	Sim
7		ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 121,3850	14/01/2026	Sim
8		ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 121,6500	05/01/2026	Sim
9		ESP-SECRETARIA DA SAUDE - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 92,9700	17/12/2025	Sim
10		ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 94,9900	11/12/2025	Sim
11		GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 104,0000	01/12/2025	Sim

#### Legenda:

▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 4

### Descrição do item

287945 - Cadeira Tipo: Sem Braço , Material: Plástico , Cor: Branca , Características Adicionais: Empilhável

### Unidade de Fornecimento

Unidade

### Quantidade

100

### Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

● Média

Mediana

Coefficiente de Variação: 12,3387%

Desvio Padrão: 5,9398

Maior Preço: R\$ 58,5000

R\$ 41,5000

R\$ 48,1394

R\$ 45,5000

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SANTOS - PI - Compras.gov.br	18	Unidade	R\$ 57,0000	08/04/2026	Sim
2		PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SANTOS - PI - Compras.gov.br	102	Unidade	R\$ 57,0000	08/04/2026	Sim

3		MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	416	Unidade	R\$ 55,0000	08/04/2026	Sim
4		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	600	Unidade	R\$ 49,9300	30/03/2026	Sim
5		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 43,0000	26/03/2026	Sim
6		ERN-SEC DE ESTADO DA ADM PENITENCIARIA - Compras.gov.br	24	Unidade	R\$ 45,0000	11/03/2026	Sim
7		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	400	Unidade	R\$ 48,0000	10/03/2026	Sim
8		MPR-PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 42,5000	02/03/2026	Sim
9		FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - Compras.gov.br	350	Unidade	R\$ 43,0000	23/02/2026	Sim
10		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 42,0000	20/02/2026	Sim
11		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 41,7300	12/02/2026	Sim
12		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	246	Unidade	R\$ 54,2100	14/01/2026	Sim
13		ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	180	Unidade	R\$ 41,5000	08/01/2026	Sim
14		ESTADO DO MARANHÃO - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 53,6400	05/01/2026	Sim
15		ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 58,5000	05/01/2026	Sim
16		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. FLUMINENSE - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 43,5000	29/12/2025	Sim
17		UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - Compras.gov.br	160	Unidade	R\$ 45,0000	23/12/2025	Sim
18		ESP-SECRETARIA DA SAUDE - Compras.gov.br	41	Unidade	R\$ 46,0000	17/12/2025	Sim

**Legenda:**

▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

ⓘ Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Relatório emitido em 10/04/2026 10:47

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.

- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.

- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre  $(X-\mu)^2$ , onde  $\mu$  representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

**NOTA TÉCNICA nº 282/2026  
PESQUISA DE PREÇOS****1 - OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

Aquisição de materiais permanentes para o prédio da Prefeitura Municipal de Dona Inês-PB.

**2 - FONTES CONSULTADAS**

2.1. Para a definição do valor estimado da contratação foram utilizados os parâmetros dos incisos II e III da IN SEGES/ME nº 65/2021.

2.2. Foram priorizadas a consulta aos sistemas oficiais de governo e às contratações similares feitas pela Administração Pública, em conformidade com o artigo 5º, §1º, da IN SEGES/ME nº 65/2021. Os resultados constantes no relatório são oriundos das bases de dados do Banco de Preços.

2.3. O preço estimado para a contratação considerou o mínimo de três cotações, nos termos do artigo 6º, §5º da IN SEGES/ME nº 65/2021.

**3 - SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS**

A série de preços coletados consta anexa a essa nota técnica de análise crítica de pesquisa de preços.

**4 - METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO**

4.1. Obteve-se o preço estimado de todos os itens através da MÉDIA dos valores coletados na pesquisa de preços, em razão de os preços obtidos estarem próximos entre si e conforme aos praticados no mercado.

4.2. Dentro dos preços coletados, foram desconsiderados aqueles inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, conforme marcador “Compõe” das tabelas de cada item constantes do relatório.

**5 - MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONCLUSÃO**

5.1. O preço estimado da contratação é **R\$ 12.615,80** (doze mil, seicentos e quinze reais e oitenta centavos), conforme memória de cálculo constante no relatório.

APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO: SPLIT MODELO: INVERTER CAPACIDADE REFRIGERAÇÃO: 12.000 BTU TENSÃO: 220 V CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CONTROLE REMOTO	R\$ 3.184,37	02	R\$ 6.368,74
BEBEDOURO ÁGUA TIPO: VERTICAL ELÉTRICO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM DUAS TORNEIRAS (JATO E COPO) VOLTAGEM: 220 V MATERIAL GABINETE: AÇO INOXIDÁVEL VAZÃO ÁGUA GELADA: 2 L/H MATERIAL CORPO: AÇO INOXIDÁVEL	R\$ 861,27	01	R\$ 861,27
MESA PLÁSTICA FORMATO: QUADRADO COR: BRANCA COMPRIMENTO: 70 CM LARGURA: 70 CM	R\$ 114,36	05	R\$ 571,80
CADEIRA TIPO: SEM BRAÇO MATERIAL: PLÁSTICO COR: BRANCA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EMPILHÁVEL	R\$ 48,13	100	R\$ 4.813,00



5.2. Após a realização de pesquisa de preços em conformidade com a IN SEGES/ME nº 65/2021, certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é compatível com os Praticado no mercado.

## **6 - IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA DE PREÇOS**

6.1. A presente pesquisa de preços foi conduzida por:

6.1.1. Caliny Muniz de Lima Silva, matrícula nº 847.

Dona Inês/PB, 10 de abril de 2026.

---

**Caliny Muniz de Lima Silva**  
Agente Administrativo



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INÊS

## **AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO**

***DONA INÊS, 10 de ABRIL de 2026.***

**ÓRGÃO:**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

Autorizo abertura de processo administrativo referente ao objeto ***Aquisição de materiais permanentes para o prédio da Prefeitura Municipal de Dona Inês-PB.***

Atenciosamente,

**ANTÔNIO JUSTINO DE ARAÚJO NETO**

PREFEITO

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

e57323e01dc38ffd09d8d88107468c9e 43ef71778c4f2c999e28648785900789



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INÊS  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

## TERMO DO REFERÊNCIA

### 1.0 DO OBJETO:

**1.1. Aquisição de materiais permanentes para o prédio da Prefeitura Municipal de Dona Inês-PB.**

### 2.0. JUSTIFICATIVA:

**2.1.** Para a contratação:

**2.1.1.** A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se pela necessidade de **A presente aquisição tem por finalidade promover a melhoria da infraestrutura física e operacional do prédio da Prefeitura Municipal de Dona Inês-PB, assegurando condições adequadas de trabalho aos servidores e de atendimento à população. A aquisição de novos materiais, tais como equipamentos de climatização, mobiliário e outros itens essenciais, justifica-se pela necessidade de garantir melhores condições de trabalho, conforto e segurança para servidores e usuários, bem como otimizar a execução das atividades institucionais;** e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

**2.2.** Para a estimativa de quantitativos:

**2.2.1.** O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função do consumo e utilização prováveis foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente.

### 3.0. DA PROPOSTA:

**3.1.** O processo de dispensa será publicado no Diário Oficial do município e o recebimento de proposta será de forma presencial **na sede da Prefeitura Municipal de Dona Inês/PB, localizada na Av. Major Augusto Bezerra, nº 02, Bairro Centro, Dona Inês/PB, ou pelo e-mail: administracao@pmdonaines.pb.gov.br.**

**3.2.** O critério de julgamento das propostas é o de menor preço.

**3.3.** Os documentos de regularidade fiscal previstos no art. 68 da Lei nº 14.133/2021 deverão ser apresentados dentro do prazo de 1 dia após a finalização do prazo do aviso de Dispensa.

#### 4.0. DA ESPECIFICAÇÃO

4.1. As características e especificações do objeto da referida contratação são:

ITEM	CATÁLOGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
001	633899	APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO: SPLIT MODELO: INVERTER CAPACIDADE REFRIGERAÇÃO: 12.000 BTU TENSÃO: 220 V CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CONTROLE REMOTO	UNIDADE	2,0
002	472083	BEBEDOURO ÁGUA TIPO: VERTICAL ELÉTRICO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM DUAS TORNEIRAS (JATO E COPO) VOLTAGEM: 220 V MATERIAL GABINETE: AÇO INOXIDÁVEL VAZÃO ÁGUA GELADA: 2 L/H MATERIAL CORPO: AÇO INOXIDÁVEL	UNIDADE	1,0
003	354608	MESA PLÁSTICA FORMATO: QUADRADO COR: BRANCA COMPRIMENTO: 70 CM LARGURA: 70 CM	UNIDADE	5,0
004	287945	CADEIRA TIPO: SEM BRAÇO MATERIAL: PLÁSTICO COR: BRANCA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EMPILHAVÉL	UNIDADE	100,0

**Os produtos devem ser entregues de forma presencial e o pagamento será de acordo com a demanda da secretaria.**

4.2. As características e especificações do objeto da referida contratação deve estar de acordo com o termo de referência, mesmo se objeto estiver divergente do objeto publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

#### 5.0 DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP

5.1. Salienta-se que na referida contratação, será concedido o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos das disposições contidas nos Arts. 47 e 48, da Lei Complementar nº 123/2006, visto estar presente a exceção prevista no inciso IV, do Art. 49, do mesmo diploma legal: Licitação dispensável - Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21.

5.2. No processo, portanto, deverá ser considerado preferencialmente apenas os fornecedores ou executantes enquadrados como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Equiparados, nos termos da legislação vigente.

5.3. Tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito do Município de Dona Inês/PB, especialmente no que se refere as contratações públicas realizadas pela administração pública municipal, nos termos das disposições contidas lei municipal Nº. 985/2024, de 12 de janeiro de 2024. Conforme área delimitada no art. 2º, incisos IV; V e VI.

#### 6.0. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

6.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

6.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

6.4. Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

## **7.0. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**7.1.** Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

**7.2.** Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

**7.3.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

**7.4.** Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

**7.5.** Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente apresentou a documentação de regularidade e qualificação exigidas quando da instrução do referido processo de contratação direta.

**7.6.** Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

**7.7.** Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

**7.8.** Recolher taxa de administração de contratos no percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato de acordo com o art. 2º, inciso III da Lei Municipal nº 903/2022 (Lei do Fundo de Combate à Pobreza e as Desigualdades Sociais);

**7.9.** Fica também o contratado responsável pela emissão das notas fiscais em dias úteis até o horário de 11h00.

## **8.0. DO PRAZO E DA VIGÊNCIA**

**8.1.** O prazo máximo de entrega do objeto da contratação, que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado a partir da assinatura do contrato:

**8.1.1. Entrega: 10 (Dez) Dias.**

**8.2.** A vigência da presente contratação será determinada: até o final do exercício financeiro de **2026**, considerada da data de assinatura.

## **9.0. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO**

**9.1.** Os preços contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano.

**9.2.** Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**9.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**9.4.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**9.5.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**9.6.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**9.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**9.8.** O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

**9.9.** O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21

## **10.0. DO PAGAMENTO**

**10.1.** O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: de acordo com a aquisição dos produtos.

## **11.0. DA VERIFICAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**11.1.** Se necessária a verificação da qualificação técnica e econômico-financeira do licitante, a documentação essencial, suficiente para comprovar as referidas capacidades, será restrita aquela definida nos Art. 67 e 69, da Lei 14.133/21, respectivamente.

**11.2.** Salienta-se que a documentação relacionada nos Arts. 66 a 69, da Lei 14.133/21, para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto eventualmente pactuado, dividida em habilitação jurídica; qualificação técnico-profissional e técnico-operacional; habilitações fiscal, social e trabalhista; e habilitação econômico-financeira; poderá ser dispensada, total ou parcialmente, dentre outras, nas contratações em valores inferiores a um quarto do limite para dispensa de licitação para compras em geral, conforme as disposições do Art. 70, do mesmo diploma legal.

## **12.0. DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**12.1.** Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão,

conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

### **13.0. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO**

**13.1.** Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos do Art. 117, da Lei 14.133/21, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

### **14.0. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções:

- a** - advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b** - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação;
- c** - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155;
- d** - impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- e** - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156;
- f** - aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

**14.2.** Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

### **15.0. DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA**

**15.1.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula:  $EM = N \times VP \times I$ , onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado:  $I = (TX \div 100) \div 365$ , sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido

para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**DONA INÊS, 13 de ABRIL de 2026.**

**Caliny Muniz de Lima Silva**

AGENTE ADMINISTRATIVO

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

e57323e01dc38ffd09d8d88107468c9e a872c769b5c0de1b1e6ae8e19ce568a9

**DONA INÊS, 22 de ABRIL de 2026.**

**GABRIEL VICTOR RODRIGUES DE SOUSA**

SECRETÁRIO

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

e57323e01dc38ffd09d8d88107468c9e 8c9fc788bf57d09c471fb87f504deedf



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INÊS  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

## MAPA DE RISCOS

### FASE DE ANÁLISE

( ) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor ( X ) Gestão do Contrato

### RISCO 01

**Probabilidade:** ( ) Baixa ( X ) Média ( ) Alta

**Impacto:** ( ) Baixo ( X ) Médio ( ) Alto

Id	Dano	
1.	Recebimento de materiais com especificações técnicas inferiores ao solicitado, gerando prejuízo ao erário e necessidade de substituição precoce.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Conferência rigorosa no ato da entrega, confrontando as características físicas e manuais dos produtos com o Termo de Referência e a Nota Fiscal.	Fiscal de Contratos
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Rejeição imediata do material desconforme, com notificação à empresa para substituição em prazo hábil e retenção do pagamento até a regularização.	Secretaria Municipal de Administração e Finanças

### RISCO 02

**Probabilidade:** ( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta

**Impacto:** ( ) Baixo ( ) Médio ( ) Alto

Id	Dano	
1.		
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.		
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.		Secretaria Municipal de Administração e Finanças

**DONA INÊS, 23 de ABRIL de 2026.**

**CLODOVAL JUSTINO DE ARAÚJO JÚNIOR**

GESTOR DE CONTRATO

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

e57323e01dc38ffd09d8d88107468c9e b08631c8b62a62585651cf4b60da4170

ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INÊS  
**AVISO DE DISPENSA**

**DISPENSA Nº:** 0209/2026

**Processo Nº:** 1692/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INÊS**, torna público que fará realizar **Processo de Dispensa** para Aquisição, dando conhecimento aos interessados do objeto: **Aquisição de materiais permanentes para o prédio da Prefeitura Municipal de Dona Inês-PB.**, em conformidade com o § 3º art. 75 da Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores. Os interessados em participar do processo, deverão enviar suas propostas até o **prazo mínimo de 3 (três) dias úteis após a publicação**, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INÊS, PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INÊS, situada na Av. Major Augusto Bezerra, 02 - Centro - CEP: 58.228-000 - DONA INÊS - PB.**

DONA INÊS, 23 de abril de 2026.

**GABRIEL VICTOR RODRIGUES DE SOUSA**  
SECRETÁRIO

## PROPOSTA DE PREÇO

**PROPONENTE:** JEAN PEDRO DE SOUSA SILVA

**CPF/CNPJ:** 64.716.893/0001-59


Prezados senhores,  
Nos termos da licitação em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

**OBJETO:** Aquisição de materiais permanentes para o prédio da Prefeitura Municipal de Dona Inês-PB.

CÓD.	ITEM	UNIDADE	QUANT.	V. UNT.	V. TOTAL
1	APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO: SPLIT MODELO: INVERTER CAPACIDADE REFRIGERAÇÃO: 12.000 BTU TENSÃO: 220 V CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CONTROLE REMOTO	UND	02	R\$ 3.150,00	R\$ 6.300,00
2	BEBEDOURO ÁGUA TIPO: VERTICAL ELÉTRICO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM DUAS TORNEIRAS (JATO E COPO) VOLTAGEM: 220 V MATERIAL GABINETE: AÇO INOXIDÁVEL VAZÃO ÁGUA GELADA: 2 L/H MATERIAL CORPO: AÇO INOXIDÁVEL	UND	01	R\$ 850,00	R\$ 850,00
3	MESA PLÁSTICA FORMATO: QUADRADO COR: BRANCA COMPRIMENTO: 70 CM LARGURA: 70 CM	UND	05	R\$ 112,00	R\$ 560,00
4	CADEIRA TIPO: SEM BRAÇO MATERIAL: PLÁSTICO COR: BRANCA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EMPILHAVÉL	UND	100	R\$ 47,00	R\$ 4.700,00
<b>VALOR TOTAL DA PROPOSTA:</b>					<b>R\$ 12.410,00</b>

VALIDADE: 60 DIAS

DONA INÊS, 28 DE ABRIL DE 2026.

Documento assinado digitalmente  
 JEAN PEDRO DE SOUSA SILVA  
Data: 28/04/2026 13:31:25-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

ASSINATURA



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>64.716.893/0001-59</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>26/01/2026</b>
NOME EMPRESARIAL <b>64.716.893 JEAN PEDRO DE SOUSA SILVA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE <b>ME</b>	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico</b> <b>47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios</b> <b>61.90-6-99 - Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente</b> <b>47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática</b> <b>47.55-5-02 - Comercio varejista de artigos de armarinho</b> <b>47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis</b> <b>47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos</b> <b>47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo</b> <b>18.22-9-01 - Serviços de encadernação e plastificação</b> <b>47.89-0-07 - Comércio varejista de equipamentos para escritório</b> <b>47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>213-5 - Empresário (Individual)</b>		
LOGRADOURO <b>R PROJETADA</b>	NÚMERO <b>SN</b>	COMPLEMENTO *****
CEP <b>58.235-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CONJUNTO AFONSO CUNHA</b>	MUNICÍPIO <b>RIACHAO</b>
UF <b>PB</b>	ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>SILVANOPEDRO2020@OUTLOOK.COM</b>	TELEFONE <b>(64) 9320-3855</b>
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>26/01/2026</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **26/01/2026** às **16:12:56** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: 64.716.893 JEAN PEDRO DE SOUSA SILVA**  
**CNPJ: 64.716.893/0001-59**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:48:32 do dia 04/03/2026 <hora e data de Brasília>.

Válida até 31/08/2026.

Código de controle da certidão: **4619.8FA5.EE7B.30C6**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ**

# CERTIDÃO

CÓDIGO: **A001.99EB.D429.320F**

Emitida no dia 28/04/2026 às 09:56:02

Nome Empresarial:

**64.716.893 JEAN PEDRO DE SOUSA SILVA**

Endereço:

**PROJETADA**

Bairro:

**CONJUNTO AFONSO  
CUNHA**

Município:

**RIACHAO**

Número:

**S/N**

Complemento:

CEP:

**58235-000**

Inscr. Estadual:

**16.555.118-6**

Situação Cadastral:

**ATIVO**

CNPJ/CPF:

**64.716.893/0001-59**

Certifico, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os assentamentos existentes neste órgão, que o Contribuinte supra identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual, **com relação a débitos fiscais administrativos definitivamente constituídos e inscritos em Dívida Ativa.**

A presente Certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito de a Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido Contribuinte.

Esta certidão é válida **por 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço *Validar Certidão de Débito* na página [www.sefaz.pb.gov.br](http://www.sefaz.pb.gov.br).



## CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL NEGATIVA DE DÉBITOS

**NÚMERO DA CERTIDÃO**

26/2026

**DATA DA EMISSÃO**

04/03/2026

**VALIDADE**

90 DIAS

**CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO**

CAAAAABBA

### DADOS DO REQUERENTE

<b>Cnpj/Cpf</b> 64.716.893/0001-59	<b>Nome/Razão Social</b> JEAN PEDRO DE SOUSA SILVA		
<b>Logradouro</b> RUA PROJETADA			<b>Número</b> SN
<b>Complemento</b>	<b>Bairro / Cidade</b> CONJNTO AFONSO CUNHA - RIACHAO - PB		

### DADOS DA CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que de conformidade com as informações prestadas pelos órgãos competentes desta Prefeitura, **NÃO CONSTA DÉBITOS** referente a Tributos Municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data, para o requerente acima.

### FINALIDADE

COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL JUNTO À ÓRGÃOS PÚBLICOS E/OU PRIVADOS.

### OBSERVAÇÃO

### VALIDAÇÃO

Esta certidão é válida por 90 dias a contar da data de expedição e sua aceitação está condicionada à verificação de autenticidade através do QR Code, ou na internet, com o Código de Verificação, no Portal do Contribuinte, endereço <http://www.riachão.pb.gov.br>

**Esta Prefeitura se reserva no direito de inscrever e cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado, que por ventura venham a ser apuradas.**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: 64.716.893 JEAN PEDRO DE SOUSA SILVA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 64.716.893/0001-59

Certidão nº: 44447250/2026

Expedição: 28/04/2026, às 09:52:38

Validade: 25/10/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **64.716.893 JEAN PEDRO DE SOUSA SILVA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **64.716.893/0001-59**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Voltar

Imprimir



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 64.716.893/0001-59  
**Razão Social:** 64.716.893 JEAN PEDRO DE SOUSA SILVA  
**Endereço:** RUA PROJETADA SN / CONJUNTO AFONSO CUN / RIACHAO / PB / 58235-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 17/04/2026 a 16/05/2026

**Certificação Número:** 2026041706026530294416

Informação obtida em 28/04/2026 09:59:13

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INÊS  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

## **JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ESCOLHA E PREÇO**

**PROCESSO Nº:** 1692/2026

**DISPENSA Nº:** 0209/2026

**ÓRGÃO:**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**I - DA NECESSIDADE DO OBJETO:**

**Aquisição de materiais permanentes para o prédio da Prefeitura Municipal de Dona Inês-PB.**

**II - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO:**

Em 01 de abril de 2021 entrou em vigor a Lei 14.133/2021, iniciando um novo marco nas Licitações e contratos.

Objetivo da Licitação é contratar a proposta mas vantajosa primando pelos princípios da legalidade , impessoalidade, igualdade, moralidade, e publicidade. Licitar é a regra.

Entretanto ha requisições que por características específicas tornam-se impossíveis ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais . Na ocorrência de licitações inviáveis ou impossíveis a lei previu exceções as regras, as Dispensas de Licitações e a Inexibilidade de licitação. Trata-se de certame realizado sob obediência ao estabelecido no artigo 72, lei 14.133/2021

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no **art. 23 desta Lei**;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado; VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente. Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

No nosso caso em questão verifica-se a Dispensa de licitação com base jurídica no inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021.

Art. 75. É dispensável a licitação: II - para contratação que envolva valores inferiores a **R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos)**, no caso de outros serviços e compras;

### **III - DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE:**

Atrela-se tanto à justificativa de preço, quanto à habilitação e qualificação do contratado, além da caracterização e comprovação da situação fática que autoriza a inexigibilidade ou dispensa de licitação por meio de parecer técnico, quando for o caso.

Em análise aos presentes autos, observamos os preços apresentados pela empresa, estão compatíveis com os praticados no mercado, obedecendo ao Termo de referência.

A prestação de serviços disponibilizados pela empresa supracitada é compatível e não apresenta diferença que venha influenciar na escolha, ficando esta vinculada a verificação da habilitação e de critérios do menor preço. Além disso, a escolha do Fornecedor se deu principalmente, devido a redução dos custos com o frete, por ser fornecedor do município, além deste tipo de serviços necessitarem de ajustes o que ocasionalmente necessitaria do retorno do prestador para realizar as correções, o que poderia acarretar em aumento dos custos.

### **IV - DAS COTAÇÕES**

Na contratação em epígrafe, verificou-se no termo de referência os preços praticados no mercado devido a natureza do Objeto do procedimento.

O valor mais vantajoso ofertado conforme a planilha de estimativa de despesa foi de **R\$ 12.410,00 (doze mil e quatrocentos e dez reais)**.

Comparadamente, demonstra-se que a contratação está dentro dos valores de mercado.

### **V - DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO**

O critério de menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio

de aferi-lo está em juntar ao processo, propostas compatíveis com o Termo Referência, de acordo com a Lei 14.133/2021.

No caso em questão verificamos, como já foi dito, tratar-se de situação pertinente de dispensa de licitação, o qual deverá ser composto por no mínimo três propostas validas .

Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de serviço similar, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta á lei de regência dos certames licitatórios .

#### **VI - DA ESCOLHA**

A empresa escolhida neste processo para sacramentar a contratação de empresa especializada para **aquisição de Aquisição de materiais permanentes para o prédio da Prefeitura Municipal de Dona Inês-PB**, foi **JEAN PEDRO DE SOUSA SILVA**, CNPJ: **64.716.893/0001-59**.

#### **VII - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL**

Nos procedimentos administração para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no artigo 62 Lei 14.133/2021.

Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

I - jurídica;

II - técnica;

III - fiscal, social e trabalhista;

IV - econômico-financeira.

Diante disso resta deixar resignado que a contratada demonstrou habilmente sua habilitação jurídica e regularidade fiscal.

#### **VIII - DEMONSTRAÇÃO DA COMPATIBILIDADE DA PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS COM O COMPROMISSO A SER ASSUMIDO**

Os recursos para custear tais despesas são advindo do Orçamento de **2026**, **da PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INÊS**.

**DONA INÊS, 29 de ABRIL de 2026.**

**GABRIEL VICTOR RODRIGUES DE SOUSA**

SECRETÁRIO

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

e57323e01dc38ffd09d8d88107468c9e 8c9fc788bf57d09c471fb87f504deedf



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INÊS

## AUTORIZAÇÃO DE DESPESA

**DONA INÊS, 29 de ABRIL de 2026.**

**ÓRGÃO:**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

Autorizo despesa no valor de **R\$ 12.410,00 (doze mil e quatrocentos e dez reais)** referente ao Processo administrativo Nº **1692/2026**, que tem como objeto: **Aquisição de materiais permanentes para o prédio da Prefeitura Municipal de Dona Inês-PB.**

**ANTÔNIO JUSTINO DE ARAÚJO NETO**

PREFEITO

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

e57323e01dc38ffd09d8d88107468c9e 43ef71778c4f2c999e28648785900789

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:****04 122 1001 2005 Manter as Ativ da Secret Adm e Financas****15001000 Recursos Livres (Ordinário)****000042 3390.30 99 MATERIAL DE CONSUMO****04 122 1001 1003 Aquisição de Equipamentos e Veiculo para a Secret de Administ e Financas****15001000 Recursos Livres (Ordinário)****APLICAÇÕES DIRETAS****000034 4490.52 99 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE**

Atenciosamente,



EDLAINE MOREIRA DA SILVA

SETOR DE CONTABILIDADE



**ESTADO DA PARAÍBA  
MUNICÍPIO DE DONA INÊS  
ASSESSORIA JURÍDICA**

---

**PARECER: 0400/2026**

À Comissão Permanente de Licitações Município de Dona Inês – PB

**PROCESSO N.º 1692/2026**

**MODALIDADE N.º: 0209/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**INTERESSADAS: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

### **I – RELATÓRIO**

Trata-se de solicitação de parecer jurídico, encaminhada a esta assessoria, nos termos do art. 53 e art. 75, II, Lei 14.133/2021, na qual requer análise jurídica da legalidade da dispensa de licitação do processo licitatório n.º 1692/2026, para “Aquisição de materiais permanentes para o prédio da Prefeitura Municipal de Dona Inês-PB.”

Em sínteses e no que importa para a presente manifestação:

- a) Solicitação de Abertura de Processo;
- b) Projeto básico/Termo do Objeto;
- c) Autorização do Gestor para Abertura do Processo;
- d) Pesquisa de Preço;
- e) Autorização do Gestor para Despesa;
- f) Reserva Orçamentária;
- g) Parecer Jurídico.

É o breve relatório.

Passo a opinar.

### **II – FUNDAMENTAÇÃO**



**ESTADO DA PARAÍBA  
MUNICÍPIO DE DONA INÊS  
ASSESSORIA JURÍDICA**

---

De início, antes de adentrarmos na análise do mérito do processo, é imprescindível destacar a importância do serviço, bem como relevante medida de interesse público.

As contratações das entidades públicas devem seguir, obrigatoriamente, um regime legal. O fundamento principal para tanto encontra-se previsto no art. 37, XXI da Constituição Federal de 1988, que determina que, ressalvados os casos especificados na legislação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

“XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Os atos em que se verifique a dispensa de licitações são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio.

Em 30 de abril de 2021, neste município, foi editado o Decreto Municipal nº 20/2021 que dispõe sobre a aplicabilidade da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, pelos órgãos da



**ESTADO DA PARAÍBA  
MUNICÍPIO DE DONA INÊS  
ASSESSORIA JURÍDICA**

---

administração pública no âmbito do poder Executivo Municipal, especialmente quanto aos processos de contratação direta; e dá outras providências.

A Lei nº 14.133/2021, atualmente conhecida como a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, veio aprimorar e regulamentar o exercício dessa atividade na administração pública.

Segundo a nova lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

Considerando que o Decreto Municipal nº. 439/2025, bem como o Decreto 12.343/2024, instrumentaliza a previsão do Art. 182 da Lei nº. 14.133/2021 onde dispõe sobre o dever do poder Executivo Federal de atualizar a cada 1º de janeiro, pelo IPCA, os valores que são fixados na Nova Lei de Licitação, desse modo, destaca-se os montantes previstos para contratação direta de obras e serviços de engenharia (de R\$ 125.451,15 para R\$130.984,20) e para compras e demais serviços (de R\$ 62.725,59 para R\$ 65.492,11) e, ainda o limite de aceitação excepcional do chamado contrato verbal da administração (de R\$ 12.545,11 para R\$ 13.098,41)

Neste contexto, é possível a celebração direta de contratos administrativos em razão de valores inferiores a R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras, ou seja, baixo valor, conforme previsto no art. 75, II da Lei 14.133/2021. Deste modo, encontra-se a presente dispensa de licitação, em conformidade com a legislação vigente, com base jurídica no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 bem como na atualização conforme determina o Decreto 12.343/2024.

**Sublinhe-se que a presente apreciação se restringe ao atendimento das exigências legais do processo licitatório em tela, sem considerar a real necessidade do objeto**



**ESTADO DA PARAÍBA  
MUNICÍPIO DE DONA INÊS  
ASSESSORIA JURÍDICA**

---

**licitados e valores.**

### **III – DA JUSTIFICATIVA DA DISPENSA**

A administração justifica da seguinte maneira: “A presente aquisição tem por finalidade promover a melhoria da infraestrutura física e operacional do prédio da Prefeitura Municipal de Dona Inês-PB, assegurando condições adequadas de trabalho aos servidores e de atendimento à população. A aquisição de novos materiais, tais como equipamentos de climatização, mobiliário e outros itens essenciais, justifica-se pela necessidade de garantir melhores condições de trabalho, conforto e segurança para servidores e usuários, bem como otimizar a execução das atividades institucionais.”

Não obstante, o fato de a presente contratação estar dentro dos limites estabelecidos no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, o que justifica a contratação direta do serviço.

O art. 5º da Lei 14.133/2021, reforça a observância do princípio da isonomia, e ainda estabelece que a licitação corresponde a procedimento administrativo voltado à seleção mais vantajosa para a contratação desejada pela Administração Pública e necessária ao atendimento do interesse público.

### **IV – DA RAZÃO DA ESCOLHA DO EXECUTANTE**

Os valores estão baseados em pesquisa de preço, anexado ao processo previamente. A referida proposta está satisfatória e compatível com os preços praticados no mercado, conforme pesquisa anexa.

### **V – DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO**

O critério do menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo, já se encontra aos autos a respectiva pesquisa de preços correntes



**ESTADO DA PARAÍBA  
MUNICÍPIO DE DONA INÊS  
ASSESSORIA JURÍDICA**

---

no mercado e demais documentos, conforme documentos anexos.

Em relação ao preço ainda, verifica-se que ele está compatível com a realidade do mercado, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

## **VI – CONCLUSÃO**

Assim, temos que, desde que respeitado as “determinações legais”, a contratação do serviço especificado, poderá ser feita por Dispensa de Licitação, nos termos do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, podendo a Administração adquirir o referido serviço, sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

O presente parecer é prestado sob o prisma estritamente jurídico, não competindo a essa Assessoria Jurídica adentrar no mérito da conveniência e oportunidade dos atos praticados pelos gestores públicos.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Dona Inês-PB, 04 de maio de 2026.

**LEONARDO AQUINO DE ARAÚJO GOMES**

**ASSESSOR JURÍDICO**

**OAB/PB 30.128**

**Parecer Técnico Opinitivo - CCI nº 067/2026.**

**Processo nº 1692/2026**

Interessado: **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

Assunto: ***Aquisição de materiais permanentes para o prédio da Prefeitura Municipal de Dona Inês-PB.***

## **I – DO RELATÓRIO**

Trata-se de solicitação de Parecer Técnico Opinitivo para Processo Administrativo, encaminhado a esta Coordenadoria de Controle Interno – CCI, nos termos dos Arts. 31, 70 e 74 da Constituição Federal/88 e Arts. 13, 70 e 76 da Constituição Estadual/1989, no qual a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS** pretende realizar a ***Aquisição de materiais permanentes para o prédio da Prefeitura Municipal de Dona Inês-PB.*** Desse modo, a presente aquisição tem por finalidade promover a melhoria da infraestrutura física e operacional do prédio da Prefeitura Municipal de Dona Inês-PB, assegurando condições adequadas de trabalho aos servidores e de atendimento à população. A aquisição de novos materiais, tais como equipamentos de climatização, mobiliário e outros itens essenciais, justifica-se pela necessidade de garantir melhores condições de trabalho, conforto e segurança para servidores e usuários, bem como otimizar a execução das atividades institucionais.

Foram acostados ao processo os elementos exigidos pelo Estatuto das Licitações e pelas normas da administração financeira, quais sejam: I - Solicitação, II - Projeto Básico, III - Autorização do Gestor, IV - Pesquisa de Preços, V – Documentos do Vencedor, VI - Reserva Orçamentária, VII - Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município.

Em síntese - eis o breve relatório do caso que ora apresenta para fins de emissão de Parecer Técnico Opinitivo desta Coordenadoria de Controle Interno.

## **II – DO EXAME**

Trata-se de processo que objetiva a *Aquisição de materiais permanentes para o prédio da Prefeitura Municipal de Dona Inês-PB.*

Verificou-se a seleção da proposta apresentada por: 64.716.893 JEAN PEDRO DE SOUSA SILVA, com CNPJ nº 64.716.893/0001-59, com endereço à Rua Projetada, S/n, Conjunto Afonso Cunha, Riachão/PB, CEP: 58.235-000. No valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Considerando que o Decreto n.º 12.807, de 29 de dezembro de 2025, que reajusta os valores da Lei de Licitações e Contratos onde dispõe sobre o dever do poder Executivo Federal de atualizar a cada 1º de janeiro, pelo IPCA, os valores que são fixados na Nova Lei de Licitação, desse modo, destaca-se os montantes previstos para contratação direta de obras e serviços de engenharia (de R\$ 125.451,15 para R\$ 130.984,20 ) e para compras e demais serviços (de R\$ 62.725,59 para R\$ 65.492,11) e, ainda o limite de aceitação excepcional do chamado contrato verbal da administração (de R\$ 12.410,00).

Diante da análise da documentação acostada ao referido processo, não identificamos irregularidades no procedimento analisado, sendo este possível de ser realizado, por Dispensa de Licitação, nos termos do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, ficando a critério da Administração contratar os referidos serviços e/ou adquirir os produtos.

### III – DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, desde que cumpridas as exigências legais, opina-se pela REGULARIDADE do procedimento.

É o Parecer.

Dona Inês/PB, 08 de maio de 2026.



Diego Patrick Ferreira da Silva  
DIRETOR DE DIVISÃO DE CONTROLE  
INTERNO – PMDI

ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INÊS  
**ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**DISPENSA Nº:** 0209/2026

**Processo Nº:** 1692/2026

**Registro CGM Nº:** 26-00259-1

Pelo presente instrumento, com base na Lei nº 14.133/2021, **ADJUDICO** o objeto Aquisição de materiais permanentes para o prédio da Prefeitura Municipal de Dona Inês-PB., referente a DISPENSA Nº 0209/2026 em favor de JEAN PEDRO DE SOUSA SILVA (CNPJ: 64.716.893/0001-59) R\$ 12.410,00 nos termos do artigo 71, inciso IV da referida lei.

**HOMOLOGO** a licitação, referente a DISPENSA Nº 0209/2026, feito nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações posteriores. Tendo em vista a manifestação da Comissão de Contratação que, em análise aos documentos apresentados pela(s) empresa(s) vencedora(s), constatou o atendimento de todas as condições previstas no edital.

A empresa vencedora fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato que será celebrado entre as partes, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados.

Por fim, autorizo a publicação deste Termo de Adjudicação e Homologação referente ao processo de DISPENSA, no Diário Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, para fins de publicidade e transparência, nos termos do artigo 54 da Lei nº 14.133/2021.

Fica convocado(s) o(s) licitante(s) vencedore(s) no período de 05 (cinco) dias úteis, para as assinatura(s) do(s) termo(s) de contrato.

DONA INÊS, 08 de maio de 2026.

**ANTÔNIO JUSTINO DE ARAÚJO NETO**  
PREFEITO